

## CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: EFEITOS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

<sup>1</sup> Antonio Oliveira- Grupo de Pesquisa em Gestão, Currículo e Políticas Educativas/ FaE/UFPeI

<sup>2</sup> Maria de Fátima Cossio – Grupo de Pesquisa em Gestão, Currículo e Políticas Educativas/FaE/UFPeI/ [fatimacossio@ig.com.br](mailto:fatimacossio@ig.com.br)

### Introdução

O presente trabalho tem por finalidade analisar o atual modelo capitalista e seus possíveis efeitos na formulação e implementação das políticas educacionais brasileiras, considerando a tendência mundial de reconfiguração do capital.

Parte-se da tese de que a expansão do acesso e da permanência na educação e a busca pela qualidade, notadamente no nível básico, incluindo-se o ensino profissionalizante, mais do que garantir um direito da cidadania, procura formar pessoas com habilidades e competências que permitam a inserção no mercado de trabalho e no consumo, movimentando e promovendo a manutenção do capital, na medida em que a lógica que permeia as atuais políticas educacionais se baseia em pressupostos e objetivos utilizados e perseguidos pelo mercado e pelo mundo empresarial.

Para sustentar esta tese utiliza-se a pesquisa bibliográfica considerando as teorizações de Ball (2001, 2005) quando analisa o modelo gerencialista de gestão pública, baseado na performatividade, competitividade, eficiência e eficácia dos resultados e de Martins e Neves (2010) quando tratam do atual capitalismo da Terceira Via, que busca a conciliação entre mercado e justiça social, constituindo-se em um realinhamento ideológico em busca de consensos em torno da idéia de centro, ou seja, nem à esquerda (socialista) e nem à direita (neoliberal), seria o “capitalismo humanizado”.

As políticas educacionais inserem-se no campo de estudos das políticas públicas. São os planos, programas e projetos que visam atingir metas e objetivos específicos na área da educação.

É evidente que ao abordar as políticas educacionais presenciam-se disputas de poder e ações com interesses diversos. Mas, especificamente no caso de países em desenvolvimento como o Brasil, essas ações são fortemente influenciadas e

---

<sup>1</sup> Professor do IFSUL- Pelotas e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação/FaE/UFPeI/Pelotas

<sup>2</sup> Professora Adjunta da Faculdade de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPeI/Pelotas

orientadas por concepções e modelos de gestão pública adotados pelas nações desenvolvidas. Sendo assim, as escolhas e decisões tomadas em nível local não correspondem exclusivamente às necessidades e demandas nacionais.

Segundo Shiroma (2004, p.08) “é estratégica a importância das políticas públicas de caráter social – saúde, educação, cultura, previdência, seguridade, informação, habitação, defesa do consumidor – para o Estado capitalista”. Daí a relevância de se compreender, com os acontecimentos históricos, as principais transformações ocorridas no papel do Estado na condução das políticas públicas, alternando-se entre um Estado forte e provedor e um Estado mínimo e regulador.

A atual reconfiguração do capitalismo se instaura aos poucos para reduzir os impactos das concepções neoliberais mais radicais e contemplar, ao mesmo tempo, algumas demandas do reformismo social-democrata. Chamado por Martins e Neves (2010) de “social-liberalismo” ou “capitalismo humanizado”, o projeto político da Terceira Via tem o objetivo de aproximar Estado e mercado com vistas à ampliação da “justiça social”. Esse modelo apresenta indicativos de que foi desenvolvido para permitir a manutenção das idéias capitalistas neoliberais, atuando de forma mais efetiva em algumas problemáticas sociais, e adormecendo os movimentos de oposição que são uma ameaça à expansão mercadológica e ao enriquecimento desenfreado de poucos.

### **Efeitos do modelo capitalista nas políticas educacionais brasileira**

Dentre os diferentes fatores que influenciam na formulação de uma dada política destaca-se o aspecto econômico, visto que este parece ser predominante na escolha dos planos e projetos, pois é através da análise do custo-benefício é que grande parte das políticas educacionais são definidas como estratégia de governo.

Neste sentido, se pode indagar se há contradições entre o proposto pelo modelo capitalista contemporâneo e a ampliação do acesso aos direitos sociais, uma vez que, como se sabe, o capitalismo visa, sobretudo, a sustentabilidade das questões econômicas. No entanto, neste momento particular do capitalismo, as concessões sociais são consideradas estratégias, na medida em que políticas de alívio à pobreza, de aumento da capacidade de empregabilidade, de acesso ao consumo de bens e serviços são necessários para a sustentabilidade do capital e, portanto, a ampliação do acesso à escolaridade básica, torna-se imprescindível. Assim, parece que mais do que garantir os direitos fundamentais da cidadania para

a construção de uma democracia social, o que se anuncia é a educação como instrumento de acesso ao trabalho, à renda e ao consumo.

Com base na análise do principal plano de governo para a educação atualmente em vigor no Brasil, o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, lançado em 2007, contendo metas e ações para a educação básica e superior, incluindo as modalidades, é possível evidenciar indícios de uma abordagem identificada com a Terceira Via, ou seja, estratégias que visam alcançar a qualidade na educação através da centralização das decisões, descentralização na execução dos programas, valorização do mérito e da performatividade com a consequente competição entre escolas, professores e alunos; adoção do modelo de administração gerencial e o exacerbado foco nos resultados avaliativos.

Esta forma de gestão pública, além de ser regulatória, visto que não oportuniza processos de discussão, indica que o principal foco do ensino é a obtenção de bons resultados nas avaliações em larga escala e não a busca pela formação de cidadãos que possam repensar e encontrar possibilidades para o enfrentamento dos diversos conflitos que estão presentes na sociedade.

### **Considerações finais**

O estudo das políticas educacionais em desenvolvimento no Brasil exige um esforço de análise combinada que envolve a compreensão do atual momento do capitalismo e suas reconfigurações, as alterações que provoca no papel do Estado, as contradições que provoca, visando superar a aceitação passiva e acrítica de medidas que, em nome da ampliação dos direitos, da justiça social e da democracia, induzem, regulam, controlam e transformam as instituições educativas e as pessoas que nelas atuam, com destaque aos gestores e professores, em meros executores de políticas elaboradas pelos formuladores centrais.

Cria-se a sensação de que os sistemas/redes, escolas, gestores, professores e comunidades escolares são autônomos para criarem e desenvolverem projetos educacionais próprios, a partir de mecanismos formalmente constituídos nas escolas para incentivar a participação e por meio da transferência de recursos financeiros diretamente para as redes e escolas, o que poderia permitir maior mobilidade na definição de prioridades, ao mesmo tempo em que condiciona a liberação dos recursos à elaboração de planos e ações previamente estabelecidas nos manuais orientadores dos programas de governo, deixando pouca ou nenhuma margem à

criação e à inovação.

As contradições evidenciadas nos planos e programas de governo podem ser entendidas à luz do atual momento vivido pelo capitalismo e pelo projeto político, econômico e social assumido pelo governo central que se localiza entre o capitalismo neoliberal e a social-democracia, ou seja, um capitalismo com *nuances* sociais.

A reflexão e a discussão sobre as implicações do projeto da Terceira Via nas políticas educacionais atuais pode propiciar a criação de posturas contra-hegemônicas, como anuncia Santos (2007) e a criação de espaços e alternativas locais que priorizem as demandas e necessidades próprias de cada comunidade, ampliando a participação, a democracia e a qualidade da educação a que todos os brasileiros têm direito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, Stephen J. *Diretrizes Políticas globais e Relações Políticas Locais em Educação*. Porto Alegre. Currículo sem fronteiras, v.1, n. 2, 2001.

\_\_\_\_\_. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

BARROSO, João. *O Estado, a Educação e a Regulação das Políticas Públicas*. Campinas: Educação & Sociedade, 2005.

COSSIO, Maria de Fátima; RODRIGUEZ, Rita de Cássia; LEITE, Maria Cecília Lorea. *Políticas Educacionais: entre a autoria e o controle*. Trabalho aprovado para apresentação no IX Seminário Internacional de Etapa e Rede, Redestrado, 18 a 20 de julho de 2012, Santiago do Chile, Chile.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A nova pedagogia da hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. *Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos*. Florianópolis: Perspectiva, 2005.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Porto Alegre: Sociologias, 2006.